

## PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

«BEM CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL: QUE É ISSO?»<sup>1</sup>

## QUESTIONAMENTOS

É interessante observar desde logo que, no conjunto da programação do Seminário comemorativo dos 60 anos do IPHAN, esta mesa-redonda é a única cujo tema foi formulado sob o modo de um questionamento, visto que contém explícito um desafio teórico aos seus participantes, como se tivéssemos a responsabilidade de buscar e sugerir uma resposta mais ou menos sistemática. As demais mesas-redondas ou são reconstituições de fases históricas de políticas preservacionistas na atuação dessa instituição, ou são apresentações de relatos de experiências diversas.

Tentarei, pois, colocar-me na perspectiva em que entendi o convite para participar desta mesa. Assim, começarei por levantar algumas indagações preliminares.

A primeira delas, naturalmente, dirá respeito ao estatuto e à validade da distinção implícita no programa deste Seminário, que se propõe como temática a discussão do que seja *patrimônio cultural imaterial* e dos rumos que deve assumir uma política de preservação desses bens. Assim, gostaria de pôr em dúvida esse recurso praxiológico que dicotomiza os bens culturais em “**materiais**” e “**não-materiais**”. Essa pragmática decorre por certo do legado positivista que opera segundo uma lógica biná-

EDUARDO DIATARY B. DE MENEZES\*

## RESUMO

A partir do questionamento proposto no subtítulo do texto, o autor analisa os equívocos conceituais que nascem da lógica dicotômica que preside o seu modo de operar por oposições binárias e mutuamente exclusivas. As reflexões críticas apontam para a inconsistência da distinção entre cultura “material” e cultura “imaterial”; para os dispositivos do poder e do sagrado, que configuram a memória coletiva, e para a inclinação conservadora que confunde patrimônio imaterial com “folclore e tradições populares”. O artigo esboça uma definição mais consentânea do que seja o conjunto dos bens culturais imateriais.

\* Doutor, Professor Titular de Sociologia (Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará); Pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, membro titular da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF).

ria com pares antitéticos, dominante no pensamento ocidental. Especialmente no caso de que nos ocupamos, não creio na sua boa validade. Com efeito, sem os símbolos, sem as significações nele investidas, e sobretudo sem os agentes culturais interpretantes, o chamado **patrimônio cultural material** não passa de um montão de escombros. Inversamente, o **patrimônio simbólico** ou **imaterial** não teria existência real senão imbricado em veículos ou suportes que o tornem objetivado, que forneça a sua concretude. É isso que justifica o esforço de arqueólogos no sentido de inferir a gênese da inteligência humana a partir do exame sistemático de antigos artefatos produzidos ao longo dos tempos pré-históricos.<sup>2</sup> Do mesmo modo que um bem intangível, como por exemplo “honra”, “autoridade”, “pulsanidade”, “bravura” etc., só é possível de ser apreendido, contrastivamente, encarnados em pessoas reais, interagindo socialmente numa cultura historicamente dada e espacialmente situada, cujo *ethos* atribui significação a tais valores e atitudes.

Aliás, é bom que se diga que o documento que acompanhou o convite enviado pelos coordenadores do Seminário era bastante prudente nesse sentido. Daí a questão proposta no título desta mesa-redonda. Portanto, no seu sentido mais amplo, tal problemática se insere no plano analítico da **produção social do sen-**

**tido.** Nessa perspectiva, insistir na existência de uma dicotomia do patrimônio cultural parece constituir uma questão inadequada de que se originam certos equívocos que tentarei apontar nos questionamentos a seguir.

O segundo ponto reside no fato de a questão do patrimônio cultural e da produção social do sentido estar intimamente relacionada com a **memória coletiva**. Ora, esta depende do nosso imaginário histórico, que manifesta intrínseca necessidade de **ruínas**, visto que ele opera segundo a possibilidade incessante de atribuir significação aos materiais que vão compondo nosso cemitério cultural e conforme à organização institucional do **luto** mediante a representação da função simbólica da **morte**.<sup>3</sup> Nessa perspectiva, portanto, é mister indagar: quais os limites da preservação? Ou: como cultivar uma concepção preservacionista sem recair numa espécie de **necrofilia cultural**? Noutros termos, em matéria de memória e de patrimônio histórico-cultural, a indagação básica seria: *que coisas preservar e por quê?*

O **porquê** é, aparentemente, de resposta mais fácil. A espécie humana parece movida por uma aspiração de transcendência, de superação das limitações de sua condição, de um impulso para realizar melhor tudo quanto possa tornar-se mais belo, mais perfeito e mais duradouro. Assim, mediante inúmeros artefatos e por meio da organização espacial da vida coletiva e individual, o homem estrutura as marcas de sua memória, assegurando a dimensão social e histórica da existência. Mas aí incide também a grande dificuldade em responder ao primeiro membro da indagação: **que coisas preservar?**

Sumariamente, pode-se dizer que o **poder** constitui um dos eixos estruturadores da memória coletiva. O outro é o **sagrado**, que configura a significação da existência por meio de um desejo de transcendência. Entre estes eixos, situa-se o da **morte**, que estabelece uma **finitude**, acarretando a busca da superação pela consciência de nossa temporalidade transitória e portanto por meio de lembranças acumuladas. Os dispositivos de poder constituem, porém, o elemento primordial para a resposta a

essa questão. Eis por que Jacques Le Goff chama a atenção para a importância da memória coletiva na luta das forças sociais para dominar o corpo social. Desse modo, assegurar a posição de senhores da memória e do esquecimento tem sido uma preocupação constante das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as formações sociais. E os silêncios da história são reveladores desses dispositivos de manipulação da memória coletiva.<sup>4</sup> Ora, numa ordem social hierarquizada e excludente, é fácil de supor como são discriminatórios os mecanismos de seleção, de consagração e de preservação da memória e do patrimônio. Por outro lado, nas sociedades arcaicas e tradicionais, ou mesmo nas camadas espoliadas das sociedades modernas, à margem das tecnologias da escrita e correlatas, a memória é assegurada sobretudo pelos recursos da narrativa oral (lendas, mitos, epopéias, contos e cantos, etc.) e também mediante artefatos e marcas iconográficas.

Antes de passar à segunda parte, onde tentarei esboçar uma resposta à indagação proposta a esta mesa, um derradeiro questionamento vai reter a minha reflexão aqui. Várias pistas, vários indicadores, a maioria das manifestações aqui feitas, inclusive o documento a que me referi no início, o qual se orienta abertamente nesta direção, e mesmo o logotipo que vem no cartaz deste Seminário (onde aparece a foto de uma cerâmica popular representando dois cantadores), todo esse conjunto de indicações anuncia claramente uma confusão ou uma associação automática entre **patrimônio imaterial** e "**cultura popular**" tal como esta é entendida pelos folcloristas.<sup>5</sup> Por outro lado, parece legítimo inferir que, dessas tomadas de posição configurando uma pretendida nova orientação, tudo se passa como se a anterior política do IPHAN em matéria de preservação estivesse voltada exclusivamente para o **patrimônio material**, visto como o acervo de monumentos e bens culturais de alto valor e significação cuja *perenidade* era sua tarefa assegurar, e que, agora, numa como grande inflexão de rumos, dever-se-ia voltar para o **patrimônio imaterial**, entendido como o conjunto de ex-

pressões da cultura popular, cuja *perecividade* e fragilidade necessitasse de apoio oficial urgente antes que essas sobrevivências desapareçam. Ou seja, não se trata mais de preservar ruínas, mas de preservar coisas, atos e gestos vivos – o que me parece uma contradição nos termos. Algo como restaurar no interior do IPHAN o velho Instituto Nacional do Folclore, espécie de UTI da cultura popular.

Mas de onde vem essa **nostalgia paternalista** com odores do estilo estadonovista? Por que essa insidiosa inclinação dos representantes de nossa tradição letrada no sentido de encerrar as classes subalternas dentro do círculo hermenêutico das chamadas “**tradições populares**”, que devem ser preservadas a todo custo? Por que esses setores de nossa inteligência jamais propuseram projetos para estimular **transformações populares**? Qual a significação mais funda dessa operação ideológica do dissimulado conflito presente no plano da cultura?

No meu entendimento, gostaria de sublinhar com ênfase que essa atitude equivocada comporta um etnocentrismo, acrescido de *mauvaise conscience* que não se reconhece, e por isso oculta uma posição seriamente reacionária. Seria bom não esquecer, a propósito, a arguta observação de Roger Bastide segundo a qual o *Folklore* surge, na Europa, como ciência, no momento em que ele desaparece como realidade. Portanto, é preciso refletir com seriedade sobre a real significação dessa proposta, visto ser legítimo indagar: *por que preservar oficialmente simulacros de representações populares que corresponderam a outras matrizes socio-culturais de fases ultrapassadas de sua história, como se fossem coisas que devessem eternizar-se num congelador da cultura? Por que esse interesse bondoso e paternalista, que na verdade tende a retirar o povo de dentro da História, ossificando as diferenças e o exótico das manifestações folclóricas, ao invés de propiciar melhores condições de vida para um povo que se transforma, e estimular a sua inventividade na busca de novas formas de expressões estéticas?*<sup>6</sup> Por outro lado, é claro que essas manifestações populares constituem também **um dos dados** a serem registrados como dimensões da memória

coletiva e do patrimônio cultural da nação, mas não podem ocupar o espaço central de uma nova fase de nossa política de preservação.

Enfim, dou um exemplo para ilustrar o meu argumento. Recorro por isso ao belo e forte momento de fruição estética que foi o **Balé Kôï-Güera**, apresentado pela EDISCA, justamente na solenidade de abertura do Seminário. Significativamente, o título desse balé se traduz por «**O que será Morto**». Que dignidade e que beleza expressas nos corpos e nos movimentos de suas crianças e adolescentes! Que diferença em relação à cultura da miséria e da resignação! Esse espetáculo, por acaso, tem algo a ver com a chamada cultura popular dos folcloristas tradicionais? E, não obstante, é feito por artistas oriundos das camadas populares. A sua grandeza e o impacto emocional que nos proporciona residem no fato de fusionar na sua elaboração estética todos os níveis culturais enraizados em nossas origens, e por isso aponta no rumo de uma criação universal. Se eu quisesse resumir num dístico a sua definição, eu inverteria o conhecido verso de Mário de Andrade: *é um tupi tangido por um alaúde!*

E já que significativa parte do Seminário se faz sob a égide de uma vertente de interpretação tradicionalista da obra de Mário de Andrade, proponho à nossa reflexão esta definição maliciosa e provocadora que Oswald de Andrade dá, em seu *Dicionário de Bolso*, para seu companheiro de modernismo:

#### **Mário de Andrade**

*Macunaíma traduzido. Autor de uma canção para fazer o seringueiro dormir em vez de se revoltar. De outra, para quando encontrar o capitão Prestes, engabelá-lo com nomes de peixes e atrapalhar assim a revolução social.*<sup>7</sup>

Ou então estes versos de Antônio Aleixo, poeta popular português, referindo-se à sua condição de artista subalterno:

*Tu não tens valor nenhum,  
Andas debaixo dos pés,  
Até que apareça algum  
Doutor que diga quem és.*<sup>8</sup>

## TENTATIVA DE RESPOSTA

Se aceitarmos provisoriamente e para efeitos didáticos a dicotomia que submeti a questionamento na primeira parte, poder-se-ia tentar responder, no interior dessa distinção, a indagação que desafia esta mesa-redonda: *que seriam bens culturais imateriais?*

Sirvo-me de uma distinção mais subtil de Ortega y Gasset para refinar a reflexão sobre o tema. Lembra ele que quando se quer entender um ser humano, a sua vida, procuramos antes de tudo averiguar quais são suas idéias. Desde que o homem ocidental acredita possuir um “sentido histórico”, é esta a exigência mais elementar, visto que influem fortemente sobre sua existência as suas idéias e as idéias de seu tempo, os pensamentos que lhe ocorrem acerca disto, daquilo, do próximo, do mundo, etc. Elas podem comportar diversos graus de verdade, inclusive podem ser “verdades científicas”. Viver é haver-se com tais idéias em relação a algo – em relação com o mundo ou consigo mesmo. Mas tudo isso já lhe aparece sob a espécie de uma **interpretação**.

Aqui nos deparamos com outro estrato de idéias, porém mui diferentes das que um homem tem. A essas “idéias básicas” o filósofo espanhol chama de **crenças**, que não nos chegam numa hora ou numa data de nossa vida, não são, em suma, pensamentos que temos, mesmo aqueles de grande rigor lógico. Ao contrário, as “crenças” constituem o continente de nossa vida e, por isso, não possuem o caráter de conteúdos particulares dentro desta. Portanto, não são idéias que temos, mas sim, **idéias que somos**.<sup>9</sup>

Assim, *grosso modo*, a configuração mais ou menos sistêmica de idéias e sobretudo de crenças que compõem a cultura, e que se traduzem em atos e interações, constituem o elemento fundante de nossa ontologia social. Não são propriamente um domínio ou um campo entre outros. Mas sim, a dimensão ôntica de sociedades humanas e seus indivíduos. Portanto, no nível de análise em que me situo, é quase impossível, conforme tenho insistido, distinguir uma faceta material e outra intangível dessa

constelação a que chamamos ‘cultura’ ou ‘patrimônio cultural’. A não ser para fins pragmáticos de exposição.

Neste nível, pois, e no limite, os *bens culturais imateriais* seriam os registros de padrões de percursos duradouros em nosso sistema nervoso central. Mas aí também se revela a sua inelutável materialidade, pois que tais padrões se inscrevem em estruturas bioquímicas. Do mesmo modo que uma canção ou uma imagem só podem ser percebidas se objetivadas em registros sonoros ou visuais, em ritmos ou plasticidades, etc. Senão, cairíamos num subjetivismo fantasmático ou solipsista.

Sumariamente, portanto, *bens culturais imateriais* são um **momento** do incessante processo sociocultural e se compõem de coisas como:

- Um estoque de conhecimentos ou **saberes**, intimamente ligados a
- Um estoque de **fazer**es, e ambos mediados por
- **Tecnologias cognitivas**, sistematizadas pela experiência coletiva:
  - Ler,
  - Escrever,
  - Calcular,
  - Desenhar,
  - Pintar,
  - Ritmar,
  - Cantar,
  - Dançar, etc.... Tudo isso regulado por
- **Normas, crenças e valores**; e pelos
- **Códigos e sintaxes** de nossas diferentes linguagens, expressas em
- **Imagens, formas e constelações**, que se constroem mediante
- **Imaginários** múltiplos, apoiados sobre
- Técnicas e lugares da **memória**.

Em conclusão, *bens culturais imateriais* se compõem de tudo aquilo que se incorpora e constitui nossas atitudes e condutas. Analiticamente, são um momento do processo cultural que não necessita de outros registros, pois fazem parte dos códigos que instituem os homens como seres semióticos, são parte integrante de nossa *estética-em-uso*.

Qualquer outra forma de registro, como suportes da memória – fotos, filmes, gravações, CD-Rom, DVD, etc. – são exteriorizações que materializam o patrimônio cultural. E o que é pior: no caso das criações populares, tendem quase sempre à sua “folclorização”, no sentido pejorativo do termo.

Mas, enfim, qualquer empreendimento nessa direção implicará também a sua necessária **teorização**: identificação, definição, inventário, classificação, *thesaurus*, hermenêutica, etc. Eis o rumo que me parece válido para a reflexão.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Comunicação apresentada no Simpósio Internacional «PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL», nos 60 Anos do IPHAN, sob o patrocínio da UNESCO, Fortaleza, de 10 a 14 de nov. de 1997.
- <sup>2</sup> Cf., entre outros, LEROI-GOURHAN, André: *Le Geste et la Parole* – t. I: Technique et Langage. Paris: Albin Michel, 1977.
- <sup>3</sup> Cf.: JEUDY, Henri-Pierre: *Mémoires du Social*. Paris: PUF, 1986.
- <sup>4</sup> Cf. LE GOFF, Jacques: *Histoire et Mémoire*. Coll. Folio-histoire. Paris: Gallimard, 1988, p. 109.
- <sup>5</sup> V., por exemplo, o texto da comunicação apresentada por Fernando Augusto GONÇALVES: *Patrimônio Imaterial, uma questão mundial que toca profundamente o Brasil*, onde o autor su-

põe nitidamente tal definição e faz declarações patéticas tais como: «**Tesouros Humanos Vivos** (...), **Obras Primas do Patrimônio Oral da Humanidade**, são denominações dadas a sistemas de proteção e salvaguarda da cultura e tradição popular no mundo [sic]. Cabe ao Brasil criar o seu... O que não se pode é perder o privilégio dessa oportunidade criada pelo IPHAN, deixando que o nosso riquíssimo patrimônio imaterial continue à mercê das intempéries políticas, administrativas, ou mesmo factuais, posto que [sic] o desaparecimento de um mestre ocasiona a perda de um inestimável acervo de saber, que não foi registrado... Cada mestre que morre e que – por falta de um sistema que assegure condições de transmissão do seu conhecimento, a um novo sucessor – leva consigo uma parte da tradição oral do povo brasileiro.» Tal retórica pode ser emocionante, porém é analiticamente indigente.

- <sup>6</sup> Para uma crítica bem informada desse “espírito de antiquário” ver ORTIZ, Renato: *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho d’água, 1992.
- <sup>7</sup> Cf.: ANDRADE, Oswald: *Dicionário de Bolso*. «Obras Completas de Oswald de Andrade». São Paulo: Globo / Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 106.
- <sup>8</sup> *Apud* GUERREIRO, M. Viegas: *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 24.
- <sup>9</sup> Cf.: ORTEGA Y GASSET, José: *Ideas y Creencias*. Madrid: Revista de Occidente, 1959, pp. 3-5.